

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Balanco Patrimonial – Hospital Geral de Itaquaquecetuba – Casa de Saúde Santa Marcelina.

Table with 3 main columns: BALANÇO PATRIMONIAL, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, and DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. Includes detailed financial data for 2023 and 2022, along with explanatory notes and operational context.

CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA				
<b>Continuação...</b>				
<b>2022</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo Líquido</b>
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	1.328.515	211.770	(259.505)	1.265.224
Móveis e Utensílios	174.345	23.439	(26.706)	155.714
Máquinas e Equipamentos	294.873	62.829	(59.482)	296.365
Veículos	11.759	-	(4.276)	7.483
Instalações	1.929	-	(249)	1.680
Equipamentos de Informática	66.846	32.979	(24.168)	75.478
Edificações Hospitalares	760.500	-	(72.278)	688.222
Terrenos	644.997	-	-	644.997
Benfeitorias em Imóveis	1.135.970	-	(63.483)	1.072.487
Obras / Reformas em Andamento	139.478	7.430	-	146.908
<b>TOTAL</b>	<b>4.559.212</b>	<b>338.447</b>	<b>(510.147)</b>	<b>4.354.558</b>
<b>2021</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Líquido</b>	<b>Aquisição</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo Líquido</b>
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	980.650	560.610	(212.745)	1.328.515
Móveis e Utensílios	175.319	36.512	(37.486)	174.345
Máquinas e Equipamentos	290.742	70.956	(66.825)	294.873
Veículos	16.035	-	(4.276)	11.759
Instalações	2.178	-	(249)	1.929
Equipamentos de Informática	47.749	40.383	(21.286)	66.846
Edificações Hospitalares	832.777	-	(72.277)	760.500
Terrenos	644.997	-	-	644.997
Benfeitorias em Imóveis	1.199.453	-	(63.483)	1.135.970
Obras / Reformas em Andamento	83.898	55.580	-	139.478
<b>TOTAL</b>	<b>4.273.798</b>	<b>764.041</b>	<b>(478.627)</b>	<b>4.559.212</b>
<b>Verba de Investimento</b>				
<b>2023</b>				
Termo aditivo n.º 04/2023				
<b>Total (b)</b>				
<b>300.800</b>				
<b>Outros Recebimentos</b>				
<b>2023</b>				
Doações de Custeio a Aplicar				
18.397				
Arrendamento/Locação de Custeio a Aplicar				
198.132				
<b>Total (c)</b>				
<b>216.529</b>				
<b>Total dos Valores Recebidos (a+b+c)</b>				
<b>172.638.341</b>				
Em 2023 para fazer frente a suas despesas e executar suas atividades, foi previsto um total de verba de custeio no valor de R\$ 163.971.012 (Cento e sessenta e três milhões, novecentos e setenta e um mil e doze reais). O Termo Aditivo n.º 02/2023, trata-se de repasse de recursos financeiros de custeio estabelecido pela Emenda (2023.082.46422 – Rodrigo Gambale) no valor de R\$ 300.000 (Trezentos mil reais) e para recomposição orçamentária no mês de novembro/2023 o valor de R\$ 5.750.000 (Cinco milhões, setecentos e cinquenta mil reais) para o Hospital Geral de Itaquaquecetuba. O Termo Aditivo n.º 03/2023, trata-se de recursos financeiros de custeio no valor de R\$ 2.100.000 (Dois milhões e cem mil reais) estabelecido pela Emenda 71250001 Proposta 36000.5176932/02-300. O Termo Aditivo n.º 04/2023, trata-se de repasse de recursos financeiros de investimento para aquisição de equipamentos médicos no valor de R\$ 300.800 (Trezentos mil e oitocentos reais).				
<b>16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS</b>				
Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo passivo da lide, são constituídas provisões, consoante NBC TG 25 (R2), para todas as contingências de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, que apresentem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é realizada pelos advogados externos que assessoram a instituição. Para os valores passivos que possuem como contrapartidas depósitos judiciais, foram realizadas as devidas atualizações findo o exercício de 2023. Os montantes estão assim representados:				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Processos trabalhistas				
708.927				
Processos cíveis				
1.413.225				
Processos tributários				
513.854				
<b>Total</b>				
<b>2.636.006</b>				
<b>5.146.012</b>				
Houve uma variação significativa no saldo das contingências em razão da mudança de risco de um processo trabalhista no valor de R\$ 3.420.226 classificado como provável e que foi reclassificado para possível, conforme relatório dos contenciosos trabalhistas fornecido pela assessoria jurídica ORIZZO MARQUES na competência de setembro de 2023. Este mesmo processo, a partir de janeiro de 2024, passará a ser classificado como risco remoto, conforme o disposto na Nota Explicativa nº 28 Eventos Subsequentes. Outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, contudo, que sejam divulgados em nota explicativa, apresentam os seguintes montantes em 31/12/2023: R\$ 10.903.471 (Cível), R\$ 7.002.586 (Trabalhista) e R\$ 6.752 (Tributário).				
<b>17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Em consonância com o artigo 14 do Código Tributário Nacional, a entidade não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título e aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba aplica seus recursos exclusivamente nos objetivos do contrato de gestão. De acordo com o mencionado na Nota Explicativa nº 1, face ao contrato de gestão e execução dos serviços de saúde, os recursos financeiros destinados à Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba são providos em sua maior parte, pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo. Nesse sentido, a entidade depende do recebimento regular e suficiente desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. O saldo do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) do exercício de 2023 é de (R\$ 31.412.315) e o Resultado do Exercício foi nulo, e em 2022 o Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) era de (R\$ 31.412.315) e Déficit de (R\$ 2.519.689).				
<b>18. VERBAS PÚBLICAS</b>				
As receitas são realizadas de acordo com o que consta na nota explicativa nº 2, conforme abaixo:				
<b>Receitas realizadas de Recursos do Contrato de Gestão</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Verbas Públicas - Custeio				
169.160.624				
Verbas Públicas - Investimento				
67.885				
<b>Total Receitas Realizadas Contrato de Gestão</b>				
<b>169.228.509</b>				
<b>158.287.732</b>				
<b>19. PESSOAL E ENCARGOS</b>				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Pessoal Próprio				
(98.539.602)				
(94.526.441)				
Benefícios				
(5.225.005)				
(5.372.997)				
Encargos				
(8.216.451)				
(7.795.915)				
<b>Total</b>				
<b>(111.981.058)</b>				
<b>(107.695.353)</b>				
<b>20. MEDICAMENTOS E MATERIAIS</b>				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Medicamentos				
(6.864.875)				
(6.911.914)				
Materiais de Consumo				
(17.505.164)				
(15.406.564)				
<b>Total</b>				
<b>(24.370.039)</b>				
<b>(22.318.478)</b>				
<b>21. ADMINISTRATIVAS E GERAIS</b>				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Bens de Natureza Permanente				
(93.574)				
(91.737)				
Seguros em Geral				
(67.163)				
(79.242)				
Peças e Acessórios para Veículos				
(24.132)				
(31.823)				
Associações de Classe				
(46.608)				
(41.815)				
Custas Legais				
(541.768)				
(316.142)				
Outras Despesas				
(22.287)				
(8.289)				
<b>Total</b>				
<b>(795.532)</b>				
<b>(569.048)</b>				
<b>22. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Energia Elétrica				
(1.931.380)				
(1.953.674)				
Água e Esgoto				
(661.504)				
(613.314)				
Telefone e Internet				
(48.993)				
(87.192)				
Gás Natural				
(1.211.965)				
(1.432.104)				
<b>Total</b>				
<b>(3.853.842)</b>				
<b>(4.086.284)</b>				
<b>23. TRABALHOS VOLUNTÁRIOS</b>				
Em atendimento à Resolução CFC, de 21 de setembro de 2012 que aprova a ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela entidade. O registro dos montantes foi contabilizado em 2023 nas rubricas de serviços não remunerados de receita e despesa e não altera o superávit/déficit do exercício. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita com base na remuneração dos Administradores, segundo informações divulgadas pelo mercado de trabalho.				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Governança Cooperativa				
178.405				
-				
<b>Total</b>				
<b>178.405</b>				
<b>-</b>				
<b>24. RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Os encargos financeiros e as variações monetárias líquidas, apropriados ao resultado estão demonstrados como segue:				
<b>Receitas Financeiras</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Descontos Obtidos				
74.165				
34.511				
Atualização Monetária				
10.596				
6.904				
<b>Subtotal (a)</b>				
<b>84.761</b>				
<b>41.415</b>				
<b>Despesas Financeiras</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Despesas Financeiras				
(1.149)				
(6)				
Despesas Bancárias				
(29.007)				
(29.387)				
<b>Subtotal (b)</b>				
<b>(30.156)</b>				
<b>(29.393)</b>				
<b>Total (a+b)</b>				
<b>54.605</b>				
<b>12.022</b>				
<b>25. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA</b>				
A entidade usufrui da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no art. 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção. Desta maneira, a fim de cumprir o item 27, "c" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:				
<b>Descrição</b>				
<b>2023</b>				
<b>2022</b>				
Base de Cálculo - Ordenados e Salários				
99.094.466				
94.862.228				
Percentual de Contribuição				
5,80%				
5,80%				
<b>Valor da Contribuição</b>				
<b>5.747.479</b>				
<b>5.502.009</b>				
<b>26. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA</b>				
A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do art. 150, VI, "c" da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para a seguridade social disposta no art. 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.				
<b>27. COBERTURA DE SEGUROS</b>				
A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:				
<b>Seguradora</b>				
<b>Modalidade</b>				
<b>Valores Segurados</b>				
<b>Vencimento</b>				
Allianz Empresarial				
Seguro Predial				
30.000.000				
20/10/2024				
Porto Seguro				
Seguro de Veículos				
200.000				
25/09/2024				
Porto Seguro				
Seguro de Equipamentos Médicos				
9.800				
25/09/2024				
<b>28. EVENTOS SUBSEQUENTES</b>				
Para execução das atividades atinentes ao Contrato de Gestão em 2024 está previsto que a entidade receberá a título de custeio o valor de R\$ 171.874.414,80 (Cento e setenta e um milhões e oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos) que onerará a rubrica 10.302.0930.4852.0000, no item 33 50 85 do Fundo Estadual de Saúde da Lei nº 141/2012, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 29 de dezembro de 2023. A Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba obteve decisão favorável do Superior Tribunal Federal (STF) em 11/01/2024 referente a contingência no valor de R\$ 3.420.226, que constava em 2022 como risco provável e foi reclassificada pela assessoria jurídica como risco possível em 2023, de acordo com o disposto na Nota Explicativa nº 16. O STF deu provimento ao pedido da reclamada, Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba, para cassar a decisão da reclamante, julgando IMPROCEDENTE a ação trabalhista e o cumprimento provisório de sentença, que pretendia o vínculo empregatício de profissional que prestava serviços de medicina por meio de contrato estabelecido com sua pessoa jurídica. Visto isto, a partir da competência 01/2024, conforme já informado pela assessoria jurídica, o citado processo passará de risco possível para de risco remoto.				
<b>Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente</b>				
<b>Rodrigo Ronald Henrique da Silva - Contador - CRC 1SP290165/O-2</b>				

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
<b>À Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina – Hospital Geral de Itaquaquecetuba Itaquaquecetuba - SP. Opinião</b> - Examinamos as demonstrações financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de Itaquaquecetuba em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil. <b>Base para opinião</b> - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. <b>Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional</b> - Chamamos a atenção para o fato que, a Entidade apresentava passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 31.412.315, quando o seu passivo circulante excedia o seu ativo circulante em R\$ 29.483.801 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidade dos auditores independentes</b> - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela				
<b>Continua...</b>				

Continuação...	CASA DE SAÚDE SANTA MARCELINA - ORGANIZAÇÃO SOCIAL DE SAÚDE SANTA MARCELINA - HOSPITAL GERAL DE ITAQUAQUECETUBA	
<p>administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras</p>	<p>ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria.</p>	<p>São Paulo, 19 de janeiro de 2024.  <b>COKINOS &amp; ASSOCIADOS</b>  <b>Audítores Independentes S/S</b>  <b>CRC-2SP 15.753/O-0</b>  <b>JOSÉ LUIZ DE FARIA - Contador</b>  <b>CRC-1SP116.868/O-8</b>  <b>Registro CVM n.º 7.021</b></p>
<b>PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAIS</b>		
<p>A Diretoria, O Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, com a presença da Irmã Giuseppina Raineri, Irmã Carla Rosimeire Felix e Irmã Demétria Bernardi, nos termos do artigo 54, inciso V, do Código Civil de 2002, e de acordo com o que determina o artigo 86 do Estatuto Social, no uso de suas atribuições legais, examinou as Demonstrações Financeiras da <b>Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral de</b></p>	<p><b>Itaquaquecetuba</b>, encerrado em 31/12/2023, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as correspondentes Notas Explicativas, considerando para tanto o parecer emitido pela auditoria Cokinós &amp; Associados Auditores Independentes. Com base nos exames efetuados, o Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, entendendo</p>	<p>que as peças acima citadas representam adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da entidade e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros presentes, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva dos referidos documentos.                  São Paulo, 23 de fevereiro de 2024.                  Irmã Giuseppina Raineri; Irmã Carla Rosimeire Felix; Irmã Demétria Bernardi</p>